

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA COMARCA
DE BELO HORIZONTE, INCLUÍDOS OS JUIZADOS ESPECIAIS**

EDITAL Nº 01/2022

GABARITO – QUESTÕES OBJETIVAS – DIREITO CÍVEL

ATENÇÃO!

AS RESPOSTAS CORRETAS ESTÃO IDENTIFICADAS COM SUBLINHADO

QUESTÃO

A propositura de ação reivindicatória é um direito assegurado ao proprietário do bem imóvel, possuído ou detido injustamente por terceiro. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- Se o proprietário age com boa fé objetiva, respeitando a função social da propriedade e amparado pela autonomia privada, dispensa-se prova do domínio do imóvel para propor ação reivindicatória, bastando que detenha justo título definido em lei.
- Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova incontestada da propriedade do imóvel, demonstrar a posse injusta do réu e individualizar a área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações.
- Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova incontestada da propriedade do imóvel e demonstrar a posse injusta do réu, sendo facultada a individualização da área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações, no curso do processo.
- Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova incontestada da propriedade do imóvel e demonstrar a posse injusta do réu, sendo facultada a individualização da área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações, na fase de execução da sentença que julgar procedente o pedido.

QUESTÃO

Quanto aos contratos em geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio ou das circunstâncias do caso.
- O que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
- Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, já a tácita depende de interpelação judicial.

QUESTÃO

Analisando-se os princípios inerentes à teoria geral das obrigações, na hipótese de inadimplemento parcial de uma obrigação com data certa, a constituição em mora do devedor:

- Depende de notificação publicada na Imprensa Oficial.
- Independente de qualquer espécie de notificação.
- Deve ser ultimada por notificação cartorária.
- Será possível somente pela via judicial, através de citação ou intimação.
- Não será possível, pois a inércia das partes gera a prorrogação do prazo por tempo indeterminado.

QUESTÃO

Em relação ao conceito de consumidor standard, assinale a alternativa correta:

- É toda pessoa física ou jurídica que adquire produto ou serviço como destinatário final
- É a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis que haja intervindo nas relações de consumo.
- São todas as pessoas, determináveis ou não, expostas a práticas comerciais abusivas
- São todas as vítimas dos fatos do serviço.

QUESTÃO

José e Maria viviam em união estável e tiveram um filho, que foi registrado por José, acreditando que o filho era seu. Anos mais tarde José descobriu que este filho era fruto de um relacionamento extraconjugal de Maria. Considerando esta situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- José poderá propor ação para anular o reconhecimento do filho de Maria para provar que o ato jurídico foi praticado com erro.
- José não poderá propor ação para anular o reconhecimento do filho de Maria se já tiver decorrido mais de 10 anos da declaração.
- José não poderá propor ação para anular o reconhecimento do filho de Maria, porque o reconhecimento de filho é irrevogável.
- José não poderá propor ação para anular o reconhecimento do filho de Maria, porque reconheceu espontaneamente a paternidade.

QUESTÃO

José, casado com Maria pelo regime da comunhão universal de bens, faleceu em 2010, deixando dois filhos e patrimônio. Com base nesta situação hipotética é correto afirmar:

- Maria e os filhos têm direito à 1/3 do patrimônio, cada um.
- Maria tem direito à metade do patrimônio e tem direito à 1/3 da outra metade.
- Maria tem direito à metade do patrimônio e tem direito à 1/4 da outra metade.
- Maria tem direito à metade do patrimônio e cada filho tem direito a 1/2 da outra metade.

QUESTÃO

Por intervenção de terceiros entende-se a permissão legal para que um sujeito alheio à relação jurídica processual originária ingresse em processo já em andamento. (Neves, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - volume único – 14ª ed. - Salvador: d. Juspodivm, 2022). No que tange à intervenção de terceiros, podemos afirmar:

- O Código de Processo Civil de 2015 trouxe modificações tanto topográficas quanto em relação às modalidades previstas de intervenção de terceiros, em relação ao Código de Processo Civil de 1973.
- A denunciação da lide não sofreu alterações no CPC de 2015, em relação aos regramentos trazidos pelo CPC de 1973.
- O chamamento ao processo, modalidade de intervenção de terceiros há muito reconhecida apenas no âmbito doutrinário, passou a ser prevista legalmente no Código de Processo Civil de 2015.
- O amicus curiae poderá figurar em ações que versem sobre qualquer tema jurídico, visando enriquecer o debate entre as partes, ainda que implique alteração de competência.

QUESTÃO

Sobre os procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil Brasileiro é correto afirmar:

- A ação de consignação em pagamento deverá ser requerida no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada procedente.
- Na pendência de ação possessória é permitido, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- Na ação de dissolução parcial de sociedade, para apuração dos haveres, o juiz não fixará a data da resolução da sociedade, mas definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social e nomeará o perito.
- O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

QUESTÃO

Sobre a Fazenda Pública em juízo, marque a alternativa incorreta.

- A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.
- A atuação da Fazenda Pública em juízo não necessariamente implica intervenção do Ministério Público.

QUESTÃO

Sobre a execução no processo civil brasileiro, marque a alternativa correta:

- Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz, de plano, a indeferirá, extinguindo o processo sem resolução de mérito.
- A alienação ou a oneração do bem é considerada fraude à execução somente quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver.
- Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição exclusivamente sobre o terreno, no primeiro caso, ou sobre a construção ou a plantação, no segundo caso.
- Na execução de obrigação de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial, ao despachar a inicial, o juiz não fixará multa por período de atraso no cumprimento da obrigação.